NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 10/Fev

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2274/2020

RONDÔNIA

Prefeito de Guajará-Mirim se compromete com Paulo Tico e Jair Montes em doar terreno para construção da Sede Social dos Vigilantes

Em viagem pelo interior do Estado, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Vigilância do Estado de Rondônia, Paulo Tico, acompanhado do deputado estadual Jair montes (PTC), estiveram na cidade de Guajará-Mirim. Na oportunidade conversaram com trabalhadores da categoria, ouviram suas reivindicações e fizeram alguns encaminhamentos.

Dentre os pedidos, foi destacada a vontade de ter um local para que os trabalhadores daquele município possam ter um espaço de lazer, reuniões e outros eventos que atenda a categoria. Diante disso, Paulo Tico e Jair montes foram até a prefeitura e se reuniram com o prefeito, Cícero Noronha (DEM), na intenção de conseguir um terreno para a construção da Associação.

A exemplo da Capital, a Associação dos Vigilantes (AESV) serve como ponto de referência para as famílias dos vigilantes. Um dos compromissos de Jair é dar apoio para que municípios do interior também possam ter suas Sedes Sociais. O prefeito de Guajará-Mirim se comprometeu em doar um terreno para a construção da filial da AESV, “tenho percorrido todo Estado, sempre ouvindo os trabalhadores e buscando melhorias para nossa categoria” disse Paulo Tico. “Assim como fizemos aqui em Guajará, faremos em outros locais” complementou.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Rondônia

ATENÇÃO VIGILANTES DA JOB/CAFF

A assessoria jurídica do Sindivigilantes do Sul solicita que os vigilantes da lista abaixo, caso tenham trabalhado na JOB, no posto do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) no final do contrato em dezembro/2018 e nos meses anteriores, enviem provas de que efetivamente tenham laborado nesse posto. Podem ser, por exemplo, contracheques, cópia dos livros de ocorrência ou outras provas que tenham. Encaminhar para o sindicato, de segunda a quarta-feira, ou para o whatsapp do escritório Young, Dias, Lauxen & Lima Advogados Associados: (51) 9-9581-5548.

SUELI INACIO DE MENEZES
ANDRE LUIS LINO
ANDREIA SILVA DE SOUZA SILVA
FERNANDO ANTAO SILVEIRA LIMA
MAURICIO DE OLIVEIRA PEREIRA
FERNANDO DOS SANTOS DA SILVA
GUILHERME MARQUES
GIORDANA ALTNETTER BORGES
IZABELLA CIRIO BITTENCOURT
LUIS FERNANDO DOS PASSOS CALABREZA
MARCELO DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO
MARCIO PRUSH ALMEIDA
RICARDO FIGUEIREDO SILVEIRA
RUI RAMOS DA ROSA
EDISON OLIVER BORGES
EMERSON LEANDRO CARDOSO BARCELLOS
ROMUALDO SEDREZ ATIENSE
ARMANDO VIDAL OLIVEIRA FILHO
CRISTIANE NOVAIS DE SOUZA
CARLOS MICHEL BENZ DA SILVA
MAIKEL DOUGLAS GOMES

Fonte: Sindivigilantes do Sul

SERGIPE

Justiça do trabalho notifica empresa de vigilância

A Justiça do trabalho de Sergipe, notificou a empresa Prosegur Vigilância, Para a mesma se manifestar, o Juiz deu prazo até o dia 04/03/2020, referente ao processo por descumprimento de Convenção Coletiva de trabalho, em que a mesma terá que pagar uma multa no valor de R$: 500.000(quinhentos mil reais). Esse valor será devidido por partes iguais aos Vigilantes que foram citados em um informativo anterior.

"Iremos continuar acompanhando de perto todo o desenrolar desse processo, nós queremos o melhor para os trabalhadores" Palavras do nosso Presidente o senhor Reginaldo Goncalves.

Unidos Somos Fortes

Fonte: ASCOM SINDIVIGILANTE-SE

ITAGUAI/RJ

Presidenta do Sindicato cobra da empresa MAX regularização de salários e tíquetes

A presidente do Sindicato dos Vigilantes de Itaguaí e Seropédica, Vânia Oliveira Lima, protocolou ofício cobrando da empresa Max Segurança, que vem descumprindo a Convenção Coletiva e atrasando salários, férias, tíquete refeição e encargos tributários dos vigilantes a regularização das pendências.

A empresa presta serviços para a Embrapa Seropédica e também para a Defensoria Pública de Itaguaí.

O Sindicato cobra a regularização dos débitos, uma vez que em visita aos postos de trabalho, os contratantes informaram que os repasses à empresa estão sendo regularizados.

Após a cobrança do Sindicato, a empresa regularizou os pagamentos de dezembro e janeiro.

Agora, faltam os acertos de férias e tíquete do mês vigente.

Foi prometida a regularização total até o mês de março quando termina essa transição financeira.

"Os trabalhadores estão em situação de penúria compromentendo até a alimentação de suas famílias. E isso não pode ser aceito. A empresa deve regularizar todos os pagamento, inclusive o 13 salário", disse Vânia no documento entregue na empresa Max.

GRANA CONQUISTADA NA LUTA A ESPERA DOS VIGILANTES AJUDE A ENCONTRA-LOS

PROCURADOS (PARA RECEBER CHEQUES)

O desafio do Sindicato é lutar e conquistar o direito do trabalhador, seja na justiça, no MPT, etc. Mas quando esta luta demora anos, por exemplo, começa uma outra batalha: encontrar os colegas. Muitos mudaram de telefone, endereço ou não estão mais na categoria ou outros motivos.

Precisamos da ajuda e colaboração de todos para localizar estes colegas.

Fale com o Sindicato. Avise a estes Colegas. Tenha sempre em mãos a CTPS (com assinatura da empresa processada), mais RG, CPF e prova de residência.

É o caso dos colegas abaixo. Precisam comparecer ou entrar em contato com o Sindicato. Veja a lista:

PROCESSO 29900.2006.21ª VARA – SINDICATO X MACVIG/ECT

- EDUARDO GOMES RAMOS
- EDVALDO CONCEIÇÃO COSTA
- ELADIO NERES DA SILVA
- ELIAS PACHECO DE CARVALHO
- ELISIO HUMBERTO DOS SANTOS
- ELLEN FIGUEIREDO TIARA
- FLORISVALDO CONCEIÇÃO DOS REIS

PROCESSO 64100.2006.39ª VARA – SINDICATO X MACVIG/ECT

- GENIVALDO CERQUEIRA OLIVEIRA

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Município é responsável por créditos devidos a segurança de hospital sob intervenção

O município interveio no empregador e foi responsável pelos créditos enquanto gestor.

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação do município de Suzano (SP) pelo pagamento, de forma solidária, de créditos trabalhistas devidos a um segurança despedido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da cidade. Com isso, caso a Irmandade não quite a dívida reconhecida judicialmente, o município deve pagar os créditos relativos ao período em que assumiu o hospital por meio de intervenção.

Verdadeira gestora

Contratado pela Santa Casa em dezembro de 2014 e dispensado sem justa causa oito meses depois, o segurança apresentou reclamação trabalhista para pedir o pagamento de parcelas não pagas na rescisão, como FGTS, salário, multas e férias. Requereu ainda a responsabilização do município caso o hospital deixasse de cumprir eventual condenação, por entender que a prefeitura era a verdadeira gestora da unidade de saúde.

Interesse público

O município, em sua defesa, sustentou que não mantivera contrato com o segurança, mas apenas realizou intervenção na Santa Casa no período da relação de emprego, a fim de manter a regularidade do serviço de interesse público.

Intervenção

O juízo de primeiro grau deferiu parte das parcelas pedidas e reconheceu a responsabilidade subsidiária do município. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) manteve a condenação. Para o TRT, o ente público foi omisso na fiscalização do cumprimento do contrato entre a Santa Casa e o segurança.

Jurisprudência

O relator do recurso de revista do município, ministro Cláudio Brandão, explicou que a intervenção, em que o ente público assume plenamente a administração e a gestão do hospital, implica a sua responsabilização pelos danos resultantes do descumprimento das obrigações trabalhistas em relação ao período. O ministro fundamentou seu voto em decisões de cinco Turmas do TST em casos semelhantes. "Quem sofre a intervenção não tem o controle e a gestão do empreendimento e não pode o empregado ficar desamparado", concluiu.

Por maioria, a Sétima Turma acompanhou o relator no sentido do não provimento do recurso, vencido o ministro Evandro Valadão. Após a publicação da decisão, a procuradoria de Suzano interpôs recurso de embargos à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST, responsável por uniformizar a jurisprudência das Turmas.

Processo: RR-1001944-98.2015.5.02.0491

Fonte: TST

Entenda o que você tem a ver com a luta dos petroleiros contra a venda da Petrobras

Os petroleiros estão em greve contra o fechamento de uma fábrica, a demissão de mil trabalhadores e a privatização da Petrobras. Essa matéria mostra porque essa luta é de todos os brasileiros

Em greve desde o dia 1º, os petroleiros de todo o país estão lutando contra o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), em Araucária, no Paraná, a demissão de mil trabalhadores da unidade e o processo de privatização da Petrobras, que prejudica o Brasil e todos os brasileiros.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país fechou 2019 com 12,6 milhões de trabalhadores desempregados. A luta contra demissões, portanto, não precisa ser explicada. O fechamento da Fafen-PR prejudica petroleiros e toda a cadeia produtiva, além do comércio e da comunidade do entorno.

E a luta contra privatização da Petrobras. Muitos se perguntam: o que eu tenho a ver com isso?

Você e todos os brasileiros têm muito a ver com isso. A privatização da petroleira implica em aumento de preços, redução de impostos nos estados, em mais trabalhadores desempregados e menos investimentos em infraestrutura, menos chances da economia crescer, ou seja, menos geração de emprego e renda.

Confira as consequências da privatização da Petrobras e entenda porque você deve apoiar a luta dos petroleiros:

- Se o governo de Jair Bolsonaro privatizar a petroleira, os preços da gasolina, do diesel e do botijão de gás de cozinha vão disparar e aumentar ainda mais.

- Se as refinarias forem fechadas e o Brasil tiver de importar combustíveis, cai quase zero a arrecadação de impostos garantidos pelo setor de petróleo e gás nos estados em que essas unidades estão instaladas. Os municípios que são afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo ou gás natural, também perderão milhões de reais mensais em royalties.

- a venda da petroleira vai aumentar ainda mais o desemprego porque milhares de petroleiros e de trabalhadores de empresas do entorno, como as dos setores de comércio e

serviço, vão fechar as portas.

- o país deixará de investir milhões em grandes obras de infraestrutura, que também são responsáveis pela geração de milhares de empregos.

- os empregos serão gerados no Brasil, mas as vagas serão ocupadas por estrangeiros contratados pelas multinacionais que comprarem a Petrobras.

- Além disso, o país ficará à mercê de empresas estrangeiras na questão energética, o que ameaça a soberania nacional.

Você ainda está se perguntando "e eu com isso?"

Os brasileiros pagarão uma conta alta pela privatização da Petrobras, afirma Paulo César Ribeiro Lima, consultor de Minas e Energia da FUP, que fez um estudo baseado nos preços de junho do ano passado, no mercado nacional e internacional.

O estudo mostra que a Petrobras pode entregar seu petróleo nas refinarias a um preço de US$ 48 por barril. Se os compradores das refinarias tiverem que comprar petróleo a US$ 65 por barril, o custo da matéria-prima será 35,4% maior.

Óleo diesel mais caro

A privatização das refinarias da Petrobras não vai permitir a redução do preço do óleo diesel no Brasil porque o custo de produção será mais alto e também porque as decisões sobre os preços não serão tomadas por uma empresa estatal de baixo custo, mas por empresas particulares de alto custo.

- **Se as refinarias forem privatizadas, o custo de produção pode chegar a 73,1% em relação ao custo da Petrobras.**

"Se forem privatizadas as oito refinarias anunciadas pela Petrobras, com redução de 50% da capacidade de refino, a estatal estará em rota contrária a das maiores empresas petrolíferas do mundo, com grandes prejuízos para a estatal, para o Brasil e para os consumidores", alerta Paulo César.

O parque de refino brasileiro tem apenas 17 refinarias, sendo 13 unidades da Petrobras, que respondem por 98,2% da capacidade total do País. A capacidade de refino da Petrobras é a mesma da capacidade de produção de petróleo, cerca de 2,22 milhões de barris por dia. Das 13 refinarias da Petrobras, oito foram colocadas à venda por US$ 10 bilhões. Juntas, têm capacidade de refino de cerca de 1,1 milhão de barris de petróleo por dia.

Gás de cozinha

O estudo do consultor da FUP, Paulo César Ribeiro Lima, mostra que a o preço do gás de cozinha, cobrado pela Petrobras nas refinarias, chamado de realização, foi, em média, de cerca de R$ 26,00 para uma massa de 13 kg.

Este valor poderia ser reduzido de R$ 26,00 para R$ 20,00, pois a estatal é uma empresa que tem um custo médio de refino de apenas US$ 2,4 por barril de petróleo.

Com a redução de R$ 6,00 nas refinarias da Petrobras e com uma redução da margem de distribuição e revenda de R$ 30,92 para R$ 20,92 para cada botijão de 13 kg, haveria uma redução no ICMS de R$ 11,24 para R$ 8,67. Com essas reduções, o preço do botijão de gás de cozinha de 13 kg passaria de R$ 70,34 para R$ 51,77. Esse seria o preço justo do gás de cozinha, pois remunera adequadamente a Petrobras, os distribuidores e os revendedores.

- Se as refinarias forem privatizadas, o custo médio de refino pode aumentar 300%, o que inviabilizaria essa redução.

Perda de arrecadação de impostos

Em muitos estados, como no Paraná, as refinarias são as maiores fontes de arrecadação individual. A paralisação das atividades dessas unidades vai deixar o estado sem a sua principal fonte de arrecadação de impostos.

Já os municípios que têm operações de

embarque e desembarque de petróleo ou gás natural, produzidos no Brasil, que recebem royalties serão duramente afetados pela privatização da Petrobras.

Se os municípios do Rio Grande do Sul deixarem de receber royalties da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), ou gás natural produzido no País, geralmente transportado pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), eles deixarão de arrecadar R$ 10,123 milhões/mês - valor de junho de 2019.

Já os municípios da Bahia que recebem royalties da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), ou gás natural transportado pela Transportadora Associada de Gás (TAG), deixarão de arrecadar R$ 28,368 milhões/mês - valor de junho de 2019, apontam os estudos do consultor da FUP, Paulo César.

Ameaça à soberania nacional

"Embora seja saudável que se procure fontes de energia mais limpas, entregar as descobertas do pré-sal e a tecnologia que somente a Petrobras desenvolveu para extração desse petróleo em águas profundas é preocupante", diz o coordenador-geral da FUP, José Maria Rangel.

"A tecnologia para explorar esse petróleo é nossa. A Petrobras descobriu o pré-sal em 2007 e, dois anos depois, já está produzindo mais um milhão e meio de barris/dia, na área do pré-sal. Isso é fruto da engenharia da tecnologia que nós desenvolvemos", diz.

Rangel conta ainda que o custo de exploração do poço que descobriu o pré-sal foi o maior de exploração de petróleo no Brasil, na ordem de US$ 250 milhões de dólares.

"Uma empresa privada não faria isso", afirma.

Capacidade de investimento e geração de emprego

Para o dirigente da FUP, perder engenharia é perder a capacidade de investimento do Estado porque a Petrobras ainda é hoje a empresa que mais investe no país, mesmo tendo reduzido drasticamente seus investimentos.

"Já chegamos a responder por 13% do PIB do Brasil", diz.

A Petrobras que buscava a todo instante os jovens que saíam das escolas técnicas das universidades hoje não existe mais. Não tem mais concurso público, pelo contrário, a empresa vem gerando diversos planos de demissão incentivada. Isto tem um custo grande também para a sociedade brasileira, afirma.

A Petrobras gerando menos empregos de qualidade significa menos renda e dinheiro no bolso de todos os trabalhadores e trabalhadoras do país, diz Rangel.

Programa de privatização do governo

Bolsonaro ainda não oficializou a venda total da Petrobras, principal estatal do país, mas já colocou a venda oito refinarias da estatal e a direção da empresa está empenhada em desmontar a petroleira para facilitar a venda.

Segundo Rangel, a Petrobras está passando por um processo de desmonte desde o governo golpista de Michel Temer (MDB-SP) e que ficou mais forte ainda no governo de Bolsonaro.

"É um ato criminoso. O presidente da empresa [Castello Branco] afirmou que tem que vender mesmo para outras empresas, como se atividades petrolíferas não fossem uma atividade estratégica para qualquer país".

Fonte: RBA

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF